

## RESOLUÇÃO POLÍTICA

### EFFECTIVAR A MUDANÇA DE POLÍTICA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Vivemos um tempo em que a ofensiva do capital se revela de forma brutal, recorrendo a todos os meios para impor medidas que redundam no aumento da exploração, na generalização do empobrecimento e no aprofundamento das desigualdades.

A crise estrutural do sistema capitalista, com crescentes focos de tensão e o recrudescimento do belicismo, é acompanhada pelo afastamento dos centros de decisão do controlo democrático. A pressão dos “mercados”, a tentativa de imposição do TTIP e a obsessão neoliberal pelo cumprimento das regras do Tratado Orçamental e do Programa de Estabilidade, assumem-se como instrumentos de asfixia à economia e garrote ao desenvolvimento soberano de países como Portugal.

A escassez de recursos, invocada para fazer face às necessidades básicas dos trabalhadores e dos povos, contrasta com a injeção de biliões de euros no sistema financeiro, nomeadamente pelo Banco Central Europeu. Esta opção contribui para acentuar a concentração da riqueza e o desvio de meios da esfera produtiva para a especulativa, num quadro em que se estima que 1% da população acumula 99% da riqueza produzida a nível mundial.

Em Portugal, com o memorando da *tróica* e a política do Governo do PSD-CDS, que agrediram e humilharam os trabalhadores, os últimos anos foram particularmente duros. Esta política anti-laboral e anti-social só não foi mais longe devido à forte e permanente intervenção e luta dos trabalhadores e do povo.

Foi com a luta, que atingiu novos patamares, que se venceram as falsas inevitabilidades, se isolou socialmente o Governo e se reduziu a sua base eleitoral de apoio.

Depois de duas derrotas nas eleições para as autarquias e para o parlamento europeu, a coligação PSD/CDS-PP ficou em minoria na Assembleia da República. Estes resultados não podem ser dissociados da acção persistente nos locais de trabalho, da realização de pequenas e grandes lutas, que tiveram como protagonistas trabalhadores dos sectores público e privado, numa resistência sem paralelo, expressa, nomeadamente, nas três grandes greves gerais e nas manifestações nacionais com participações das mais elevadas de sempre. Lutas que foram determinantes para elevar a consciência social e política daqueles que nelas participaram e contribuíram decisivamente para a criação de um novo quadro político no nosso país.

### DEFENDER, REPOR E CONQUISTAR DIREITOS!

Este é o tempo de exigir uma política que concretize a esperança e efective uma verdadeira mudança.

Um tempo que não se compadece com atitudes passivas e expectativas paralisantes, antes reclama uma forte mobilização de todos os que recusam a política de direita e o modelo ideológico que visam colocar o país refém da *tróica* e dos interesses dos grupos económicos e financeiros.

Portugal necessita de uma política que rejeite o Tratado Orçamental e garanta a renegociação da dívida pública nos seus montantes, prazos e juros, para assegurar o investimento produtivo, a dinamização da economia, a criação de emprego com direitos, uma mais justa distribuição da riqueza, a democracia, a soberania e o progresso social.

Mais do que proclamações, são necessárias medidas que dêem suporte a uma política que valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores, combata o desemprego, a precariedade, os baixos salários e a emigração forçada, assegure o aumento geral dos salários, garanta uma política fiscal que alivie os rendimentos do trabalho e incida sobre os do capital.

Uma política que assegure o acesso e a melhoria dos serviços públicos, reforce o Poder Local Democrático, a qualidade do Serviço Nacional de Saúde, da Segurança Social Pública, Universal e Solidária, da Escola Pública Democrática e inclusiva e de uma Justiça que funcione em tempo útil.

Para a CGTP-IN, a mudança passa necessariamente pelo respeito e valorização dos princípios constitucionais e a afirmação dos valores de Abril como elementos estruturantes da edificação de uma política alternativa, de Esquerda e Soberana.

Nesta nova e desafiante situação do país, a CGTP-IN enquanto Central de classe, unitária, democrática, independente, solidária e de massas, fiel aos seus princípios e compromissos com os trabalhadores, continuará a assumir uma postura clara e inequívoca de apoio às mudanças que se enquadrem com os seus objectivos reivindicativos e programáticos e de combate a todas as medidas que dêem continuidade à política de direita e que ponham em causa os direitos e interesses dos assalariados, do povo e do país.

### **UNIR, ORGANIZAR E LUTAR!**

Os Delegados ao XIII Congresso da CGTP-IN comprometem-se a intensificar a acção sindical e a unidade na acção, a partir dos locais de trabalho, através do aumento da sindicalização, do esclarecimento, proposta e luta, potenciando a participação e mobilização dos trabalhadores, de forma a assegurar:

- A dinamização da acção reivindicativa, a defesa da negociação e a afirmação da contratação colectiva como instrumento de progresso social, de distribuição da riqueza, de valorização dos trabalhadores e das carreiras profissionais, bem como de afirmação dos direitos, liberdades e garantias constitucionais, intrínsecas ao funcionamento da democracia política, económica, social e cultural. Neste contexto, exige-se a revogação das normas gravosas da legislação laboral para o sector público e privado e da caducidade das convenções colectivas, assim como a reposição do princípio do tratamento mais favorável;
- O aumento geral dos salários, enquanto suporte fundamental para melhorar os rendimentos das famílias, combater as desigualdades e o empobrecimento, incentivar a procura e a produção nacional, estimular a criação de emprego com direitos e a dinamização da economia;
- A mobilização nacional para a *Campanha Nacional contra a Precariedade, Pelo Emprego com Direitos*, tendo em conta que este é um problema, que a par do desemprego, se tornou um flagelo que afecta trabalhadores de todas as idades, a generalidade das famílias e o desenvolvimento do país. O Movimento Sindical Unitário assume como objectivos prioritários: a exigência da passagem dos trabalhadores com vínculos precários, que ocupam postos de trabalho permanentes, ao quadro de efectivos; a ruptura com a legislação que dá cobertura a uma política de exploração que nega e condiciona a articulação da vida pessoal e familiar com a actividade profissional;
- A reposição do período normal de trabalho semanal para as 35 horas na Administração Pública, bem como a redução progressiva, sem diminuição de salário, para o sector privado e o combate à desregulação dos horários de trabalho, como elementos geradores de mais emprego e de progresso social;
- A intervenção ainda mais assertiva a problemas que decorrem da acentuação da exploração, da intimidação e da intensificação dos ritmos de trabalho nas empresas e serviços. Romper com o assédio moral/tortura psicológica; prevenir, combater e reparar as doenças profissionais; melhorar as condições da prestação de trabalho por turnos, constituem linhas de intervenção estratégica de resposta aos problemas concretos dos trabalhadores e das trabalhadoras nos locais de trabalho.

Os Delegados ao XIII Congresso da CGTP-IN assumem, ainda, o compromisso de intensificar a luta nos locais de trabalho, conjugando-a com a luta sectorial, regional e nacional, para exigir respostas positivas às suas reivindicações e à necessária mudança de política que o País precisa e que os trabalhadores e o povo exigem!

Almada, 26 e 27 de Fevereiro de 2016

O XIII Congresso da CGTP-IN